

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Análise da pressão operacional sobre o sector retalhista local face à tendência crescente do consumo transfronteiriço e aperfeiçoamento das medidas de apoio aos comerciantes dos bairros comunitários

Nos últimos anos, com a crescente facilidade da passagem fronteiriça entre Macau e Zhuhai e dos transportes transfronteiriços, o consumo no Interior da China por parte dos residentes deixou de ser uma actividade ocasional, tornando-se, progressivamente, parte do quotidiano. Desde refeições e entretenimento até à compra de artigos de uso diário, alimentos frescos e mercearia, um número cada vez maior de residentes opta por fazer compras em grandes centros comerciais, supermercados em cadeia ou mercados de produtos frescos em Zhuhai. Isto reflecte contactos mais estreitos entre as populações da Grande Baía e uma oferta mais diversificada de opções de consumo para os residentes. Contudo, para o comércio retalhista nos bairros comunitários de Macau, especialmente os supermercados, as lojas de produtos frescos, as lojas de artigos de uso diário, as farmácias e as pequenas e médias empresas, esta situação representa uma pressão operacional contínua e real.

De acordo com os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, as vendas a retalho em Macau atingiram 69,58 mil milhões de patacas em 2025, uma redução homóloga de 3,2 por cento; no quarto trimestre de 2025, as vendas dos supermercados diminuíram 9,0 por cento em termos homólogos, enquanto o índice do volume de vendas recuou 9,7 por cento, o que reflecte que o comércio retalhista nos bairros comunitários, estreitamente ligado ao quotidiano dos residentes, continua a enfrentar pressão. Paralelamente, o complexo comercial “Parkside Mall”, localizado na zona central de Gongbei, junto do posto

fronteiriço, começou a funcionar a título experimental, tendo sido registada uma afluência de mais de 100 mil pessoas nas primeiras seis horas, cerca de um terço das quais provenientes de Macau e Hong Kong, segundo notícias. Isto demonstra que a atractividade dos grandes centros comerciais nas proximidades das fronteiras para os residentes de Macau e Hong Kong está a aumentar. O sector retalhista local não enfrenta apenas impactos pontuais provocados pela abertura de centros comerciais individuais, mas, sim, uma pressão competitiva estrutural derivada da tendência crescente do consumo transfronteiriço.

As dificuldades actualmente enfrentadas pelo sector retalhista de Macau não são causadas por um único factor, mas, sim, pelo aperto simultâneo em três aspectos: “fluxo de clientes, custos e concorrência”. Em primeiro lugar, com a crescente facilidade de fazer compras no Interior da China, alguns clientes que anteriormente frequentavam os supermercados e as mercearias nos bairros comunitários de Macau têm vindo a passar a consumir além das fronteiras. Em segundo lugar, os comerciantes de Macau suportam, há muito tempo, custos elevados relativos a rendas, mão-de-obra, electricidade, água, armazenamento e logística; o mercado local tem dimensão limitada, e os volumes de importação e a capacidade de negociação são difíceis de comparar com as grandes cadeias de lojas do Interior da China, o que restringe, em grande medida, a sua competitividade em termos de preços. Além disso, com a constante melhoria das infra-estruturas comerciais nas zonas circundantes aos postos fronteiriços, o consumo transfronteiriço passa, progressivamente, de uma prática ocasional para um hábito de vida cada vez mais comum, o que só faz aumentar ainda mais a pressão sobre a venda a retalho, os supermercados e as pequenas e médias empresas dos bairros comunitários de Macau.

O comércio retalhista não se traduz apenas numa questão comercial simples, mas também está relacionado com a economia comunitária, o emprego dos residentes, o abastecimento de bens essenciais para a população e a conveniência da vida urbana. Para alguns jovens e trabalhadores, consumir do outro lado da fronteira pode ser apenas mais uma opção; no entanto, para os idosos, as pessoas

com mobilidade reduzida, as famílias de baixos rendimentos e os residentes que não têm facilidade em atravessar a fronteira com frequência, os supermercados, as mercearias e o comércio retalhista nos bairros comunitários continuam a ser componentes indispensáveis no seu quotidiano. Se o comércio retalhista nos bairros comunitários de Macau continuar a contrair-se, no fim não só os negócios dos comerciantes vão ser afectados, mas a conveniência e a estabilidade que se deve sentir ao viver nesses bairros também podem vir a ser comprometidas.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Face à tendência crescente do consumo transfronteiriço, o Governo vai proceder a uma avaliação sistemática do impacto causado no comércio retalhista local pela compra, no Interior da China, de artigos de uso diário, alimentos frescos e mercearia por parte dos residentes, a fim de melhor compreender as alterações no fluxo de clientes, nas vendas, nos custos operacionais dos supermercados, das lojas de produtos frescos, das farmácias, das lojas de artigos de uso diário e das pequenas e médias empresas nos bairros comunitários, bem como o grau de impacto em diferentes zonas comerciais, divulgando periodicamente as respectivas análises como base para futuras políticas de apoio?

2. Os pequenos e médios retalhistas locais enfrentam, há muito tempo, uma forte pressão em termos de custos de renda, mão-de-obra, logística e importação, e dificilmente conseguem competir, apenas com base nos preços, com os grandes supermercados do Interior da China. Como tenciona o Governo estudar a implementação de medidas de apoio mais específicas, incluindo a assistência às pequenas e médias empresas no desenvolvimento de encomendas *online*, distribuição comunitária, sistemas electrónicos para membros, plataformas comuns de aquisição e ferramentas digitais de gestão, de modo a reduzir os custos operacionais, a melhorar a eficiência dos serviços e a evitar que o comércio retalhista nos bairros comunitários seja ainda mais marginalizado pela

concorrência transfronteiriça?

3. O Governo implementou, no passado, diversas medidas para promover o consumo, mas alguns comerciantes e pequenos retalhistas dos bairros comunitários referiram que tinham beneficiado, de forma muito limitada, das mesmas. No futuro, para impulsionar o consumo local e a economia comunitária, vai o Governo estudar a possibilidade de analisar, de forma mais precisa, as necessidades dos pequenos retalhistas ligados à vida da população e das pequenas e médias empresas? Vai, por exemplo, introduzir vales de consumo direccionados para as zonas comerciais, os supermercados, as lojas de produtos frescos e as mercearias dos bairros comunitários, para além de apoiar o sector no desenvolvimento de produtos locais com características distintivas, serviços adequados aos idosos, alimentos saudáveis e serviços de entrega domiciliária, entre outras vertentes diferenciadas, no sentido de reforçar a vontade dos residentes de consumir em Macau?

17 de Junho de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Che Sai Wang